

**PERCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES NA
INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NEUROLÓGICAS: UM
ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO DE OLIVEIRA
MELO**

Djanira Francisca de Jesus da Cunha

Mestranda em Ciência da Educação World University Ecumenical – WUE.

<https://orcid.org/0009-0006-9255-9857>

E-mail: djanirafrancisca123@hotmail.com

Elane da Silva Bezerra

Mestranda em Ciência da Educação World University Ecumenical – WUE.

<http://lattes.cnpq.br/5539362109473607>

<https://orcid.org/0000-0002-3224-7791>

E-mail: elanebezerra1575@gmail.com

Maria Flanksuerly Ferreira de Oliveira

Mestranda em Ciência da Educação World University Ecumenical – WUE.

<http://lattes.cnpq.br/4112390584155947>

<https://orcid.org/0009-0000-9264-3617>

E-mail: flanksuerly@hotmail.com

Thathiany Arderústia Cunha

Mestranda em Ciência da Educação World University Ecumenical – WUE.

<https://orcid.org/0009-0002-1600-3305>

E-mail: thathianyarderustia_88@hotmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2-30>

RESUMO: O presente trabalho tem como tema "Percepções e práticas pedagógicas de professores na inclusão de alunos com deficiências neurológicas: um estudo de caso na Escola Municipal Francisco de Oliveira Melo". O objetivo principal é analisar as percepções e práticas pedagógicas dos docentes na inclusão de alunos com deficiências neurológicas nessa instituição de ensino. A pesquisa aborda os princípios e a definição da educação inclusiva no Brasil, ressaltando a importância da equidade e do respeito à diversidade no ambiente escolar. Também são discutidas as principais deficiências neurológicas, como autismo, TDAH, dislexia e discalculia, e seus impactos no desenvolvimento educacional dos alunos. Além disso, o estudo investiga as políticas públicas e as legislações que garantem o direito à educação para alunos com deficiências, como a Lei Brasileira de Inclusão. A metodologia adotada foi um estudo de caso com abordagem qualitativa e quantitativa, incluindo entrevistas com professores e observação das práticas pedagógicas na escola. Os dados obtidos proporcionam uma compreensão detalhada das estratégias de inclusão e dos desafios enfrentados pelos educadores no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação. Deficiências Neurológicas.

PERCEPTIONS AND PEDAGOGICAL PRACTICES OF TEACHERS IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH NEUROLOGICAL DISABILITIES: A CASE STUDY AT ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCO DE OLIVEIRA MELO

ABSTRACT: The theme of this work is "Teachers' perceptions and pedagogical practices in the inclusion of students with neurological disabilities: a case study at Escola Municipal Francisco de Oliveira Melo". The main objective is to analyze the perceptions and pedagogical practices of teachers in the inclusion of students with neurological disabilities in this educational institution. The research addresses the principles and definition of inclusive education in Brazil, highlighting the importance of equity and respect for diversity in the school environment. The main neurological disabilities, such as autism, ADHD, dyslexia and dyscalculia, and their impacts on students' educational development are also discussed. Furthermore, the study investigates public policies and legislation that guarantee the right to education for students with disabilities, such as the Brazilian Inclusion Law. The methodology adopted was a case study with a qualitative and quantitative approach, including interviews with teachers and observation of pedagogical practices at the school. The data obtained provides a detailed understanding of inclusion strategies and the challenges faced by educators in everyday school life.

KEYWORDS: Inclusion. Education. Neurological Disabilities.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um direito fundamental assegurado pela legislação brasileira, com o objetivo de garantir que alunos com diferentes condições e necessidades educativas tenham acesso a uma educação de qualidade, em igualdade de condições com seus colegas. Quando se trata de alunos com deficiências neurológicas, como autismo, TDAH, dislexia e discalculia, esse processo de inclusão se torna ainda mais desafiador, exigindo dos educadores uma adaptação contínua das práticas pedagógicas para atender às especificidades de cada estudante, sem comprometer o aprendizado dos demais. A inclusão de alunos com deficiências neurológicas na educação é um processo que envolve não apenas adaptações curriculares, mas também uma mudança de mentalidade dentro das escolas, onde os professores precisam estar preparados para lidar com a diversidade.

Considerando a importância da inclusão no contexto educacional, este estudo tem como objetivo investigar as percepções e práticas pedagógicas de professores na inclusão de alunos com deficiências neurológicas na Escola Municipal Francisco de Oliveira Melo. A pesquisa busca compreender como os docentes lidam com a diversidade no ambiente escolar, identificar os principais desafios enfrentados e analisar de que maneira as

políticas públicas e as diretrizes de educação inclusiva influenciam suas práticas pedagógicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

DEFINIÇÃO E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A educação inclusiva é uma abordagem educacional que reconhece, valoriza e respeita a diversidade humana, promovendo o direito de todos à educação em igualdade de condições. No contexto brasileiro, essa concepção fundamenta-se na ideia de que todos os estudantes devem ter acesso à escola regular, aprendendo juntos e participando ativamente do processo de ensino e aprendizagem, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou emocionais.

A inclusão educacional na área dos valores humanos é basicamente o fundamento da importância do outro, é a conservação da alteridade como embasamento dos direitos e deveres de todos, como observa Mantoan (2007), a educação inclusiva abarca, essencialmente, uma transformação de modos face ao próximo, que não é mais um indivíduo qualquer, com o qual simplesmente topamos na nossa existência e com o qual convivemos um tempo, maior ou menor, de nossas vidas (Zolin, 2012. pg. 11).

A educação inclusiva, conforme descrita, representa uma abordagem que vai além da integração física de estudantes com diferentes condições, promovendo uma mudança de paradigma que valoriza a diversidade humana como um direito fundamental. No contexto brasileiro, ela se fundamenta na participação ativa de todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem, reconhecendo suas singularidades físicas, sensoriais, intelectuais, sociais ou emocionais. Ao considerar a alteridade como base dos direitos e deveres, conforme destaca Zolin (2012), a inclusão exige uma transformação nas relações interpessoais, onde o outro deixa de ser apenas um sujeito com o qual convivemos ocasionalmente para se tornar parte essencial de uma convivência pautada no respeito, empatia e equidade.

Mais do que permitir o ingresso de alunos com necessidades específicas no sistema educacional regular, a educação inclusiva exige transformações profundas nas práticas pedagógicas, nos currículos, nos espaços físicos e nas atitudes da comunidade

escolar. Seu objetivo é garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação significativa e o êxito escolar de todos os estudantes.

Princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (Declaração de Salamanca, 2004, p. 05).

Essa abordagem compreende que a diferença não deve ser motivo de exclusão, mas sim uma oportunidade de enriquecer o ambiente educacional e promover a convivência baseada na empatia, no respeito e na colaboração.

No Brasil, a educação inclusiva é respaldada por um conjunto de marcos legais e diretrizes que reforçam seu caráter como um direito humano fundamental. A Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, assegurando a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

A educação escolar é um direito social assegurado a todos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo então dever do Estado a garantia e a promoção desse direito. A escola tem o compromisso de contribuir para a formação social, cultural, cognitivo e científico, sendo um direito incondicional de todo o ser humano, independente de padrões de desenvolvimento ou pré-requisitos estabelecidos pela sociedade (Guimarães, 2022. pg. 12).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) reconhece a educação especial como uma modalidade transversal, a ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (Brasil, 1996).

Ela reconhece a educação especial como uma modalidade transversal, a ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Como podemos observar o Art. 59 determina que os sistemas de ensino devem garantir adaptações curriculares, métodos e recursos específicos, formação de professores especializados, terminalidade e aceleração adequadas, preparação para o trabalho e acesso igualitário a programas sociais, assegurando o atendimento às necessidades de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) orienta os sistemas de ensino a se organizarem para atender a todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, promovendo a inclusão em todas as etapas e modalidades da educação.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (Brasil, 2008. pg. 15).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser ofertado de forma complementar ao ensino comum, respeitando as especificidades de cada aluno e sendo integrado ao projeto pedagógico da escola. O AEE é um serviço oferecido aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com o objetivo de promover a inclusão escolar. Ele não substitui o ensino regular, mas é um complemento que atende às necessidades específicas desses alunos.

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão

equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios (Brasil, 2009).

A formação continuada dos profissionais da educação é outro aspecto essencial, pois o êxito da inclusão depende diretamente da qualificação dos educadores e da adoção de práticas pedagógicas eficazes e sensíveis à diversidade. Por fim, destaca-se a importância da articulação entre escola, família e comunidade, reconhecendo que a inclusão é uma responsabilidade coletiva que demanda diálogo, cooperação e corresponsabilidade.

O professor é o mediador entre o aluno e o conhecimento e cabe a ele promover situações pedagógicas em que os alunos com necessidades educacionais especiais superem o senso comum e avance em seu potencial humano afetivo, social e intelectual, quebrando as barreiras que se impõem. (Oliveira; Araújo, 2019. pg. 04)

Em síntese, a educação inclusiva no Brasil representa uma mudança de paradigma na forma de conceber a educação, rompendo com modelos excludentes e promovendo uma escola mais democrática, justa e acolhedora. Trata-se de um passo essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa, participativa e comprometida com os direitos humanos e com o desenvolvimento integral de todos os seus cidadãos.

PRINCIPAIS DEFICIÊNCIAS NEUROLÓGICAS E SEUS EFEITOS NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

As deficiências neurológicas englobam uma ampla gama de condições que afetam o funcionamento do sistema nervoso central e periférico, podendo comprometer o desenvolvimento físico, cognitivo, sensorial, emocional e social dos indivíduos. No contexto educacional, essas deficiências representam desafios específicos para o processo de ensino e aprendizagem, exigindo práticas pedagógicas diferenciadas, recursos de apoio e uma abordagem inclusiva por parte da escola.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que tem como característica as alterações da comunicação,

interação social, padrões de comportamento repetitivos e interesses restritos. Cada indivíduo com TEA apresenta manifestações únicas, variando em intensidade e forma, o que justifica o uso do termo "espectro".

O TEA é uma condição neurológica que afeta o desenvolvimento e o comportamento social, de comunicação e comportamentos repetitivos. As pessoas com TEA apresentam dificuldades em se comunicar, interagir e compreender a linguagem e ações sociais, bem como apresentam comportamentos repetitivos e estereotipados (Moreira, 2023. pg. 22).

No ambiente escolar, o TEA pode influenciar diretamente o processo de aprendizagem, exigindo adaptações pedagógicas e atitudes inclusivas. Estudantes com esse transtorno podem apresentar dificuldades em interações sociais, comunicação verbal e não verbal, bem como em lidar com mudanças na rotina. Além disso, muitos têm sensibilidade aumentada a estímulos sonoros, visuais ou táteis, o que pode interferir em sua concentração e bem-estar na sala de aula.

O processo de desenvolvimento de crianças com TEA demanda um sistema de ensino diferenciado, apropriado a suas limitações e que busque atratividade. Neste âmbito, as metodologias TEACCH possuem relevância e se destacam pela simplicidade de sua aplicação (Cunha, 2021. pg. 20).

Para promover a inclusão efetiva de alunos com TEA, é essencial que a escola desenvolva estratégias estruturadas e previsíveis, utilize recursos visuais de apoio, respeite o ritmo de aprendizagem de cada aluno e estimule a socialização por meio de atividades mediadas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve atuar de forma complementar ao ensino comum, contribuindo com recursos e orientações para que o aluno tenha uma experiência escolar significativa.

O AEE complementa a formação do aluno, pois ajuda no seu desenvolvimento dentro e fora da escola, esse atendimento ocorre em parte nas salas multifuncionais com alguns brinquedos de estímulos. Um dos motivos do AEE ocorrer na escola onde o docente está é muito importante, pois faz o acompanhamento diário (Moreira, 2023. pg. 18).

Dessa forma, o Transtorno do Espectro Autista, apesar dos desafios, não deve ser visto como um obstáculo à aprendizagem, mas como uma condição que requer sensibilidade, conhecimento e compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva. Com o suporte adequado, os alunos com TEA podem desenvolver suas

habilidades, participar ativamente da vida escolar e alcançar seus objetivos acadêmicos e sociais.

TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é uma condição neurobiológica do desenvolvimento que compromete funções executivas do cérebro, afetando a capacidade de concentração, controle dos impulsos e regulação do comportamento. Essa condição é apresentada ainda na infância, quando os casos por foco, organização e disciplina se tornam mais evidentes. Caracteriza-se por sintomas persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade, que impactam significativamente o desempenho acadêmico e as interações sociais do indivíduo.

O TDAH é um transtorno neurobiológico, com grande participação genética (isto é, existem chances maiores de ele ser herdado), que tem início na infância e que pode persistir na vida adulta, comprometendo o funcionamento da pessoa em vários setores de sua vida, e se caracteriza por três grupos de alterações: hiperatividade, impulsividade e desatenção (ABDA, 2017, p. 4).

O TDAH é classificado em três apresentações: o tipo predominantemente desatento, o tipo predominantemente hiperativo/impulsivo e o tipo combinado, que reúne características dos dois primeiros. No tipo desatento, os sinais mais comuns são a dificuldade em manter a atenção, a tendência a se distrair com facilidade, o esquecimento frequente de tarefas e a desorganização. Já o tipo hiperativo/impulsivo envolve inquietação motora, impulsividade, dificuldade em esperar a vez e comportamento agitado. O tipo combinado inclui tanto os sintomas de desatenção quanto de hiperatividade/impulsividade.

Segundo o Instituto Paulista de Déficit de Atenção IPDA há três tipos principais de TDAH: 1-TDAH Tipo Desatento, 2-TDAH Tipo Hiperativo Impulsivo e 3- TDAH Tipo Misto/Combinado. O Transtorno de Déficit de Atenção pode ocorrer com ou sem a hiperatividade.

- 1- Desatento: As características mais comuns do TDAH Tipo Desatento são a desatenção, resistência à distração, dificuldade em sustentar o esforço em atividades mais exigentes e percepção da passagem do tempo.
- 2- Hiperativo-Impulsivo: A agitação, hiperatividade, impulsividade são mais marcantes no TDAH Tipo Hiperativo-Impulsivo. A hiperatividade

pode ser um problema, uma vez perturba o ambiente ao redor. A busca constante por estimulação, impulsividade e dificuldade em pensar antes de agir pode trazer consequências, tanto para crianças quanto para adultos.

- 3- Misto/Combinado: apresenta simultaneamente as características dos tipos de TDAH desatento e hiperativo-impulsivo (Azevedo, 2015, p.16-19).

Popularmente, o tipo desatento é muitas vezes referido como TDH (Transtorno do Déficit de Atenção). Embora seja um termo amplamente utilizado, não é reconhecido oficialmente pelos manuais diagnósticos, como o DSM-5. Na prática, TDH é uma forma de se referir ao TDAH sem hiperatividade, que tem como características as dificuldades intensas de atenção e concentração, porém sem comportamentos agitados. Justamente por serem mais discretos, esses alunos muitas vezes passam despercebidos na escola, o que retarda o diagnóstico e o acesso às intervenções adequadas.

No contexto educacional, os efeitos do TDAH se manifestam de diversas formas. Crianças e adolescentes com esse transtorno geralmente enfrentam desafios para acompanhar o ritmo das aulas, cumprir prazos, manter o foco nas atividades e lidar com a frustração. Comportamentos como impulsividade, esquecimento e desorganização podem prejudicar o rendimento acadêmico e provocar conflitos interpessoais. Infelizmente, é comum que esses alunos sejam rotulados como preguiçosos, desatentos ou indisciplinados, quando, na verdade, precisam de apoio específico e compreensão.

Goldstein e Goldstein (1994), afirmam que o TDAH resulta de quatro tipos de deficiência, a saber: dificuldade de atenção, impulsividade, excitação e frustração ou baixa motivação, as quais podem causar problemas em casa, na escola e com os amigos. Eles, também, ressaltam que os problemas ocorrem com base na pouca habilidade da criança e nas exigências impostas pelo ambiente e não do mau comportamento ou desobediência. Essa definição coincide com a anterior ao enfatizar o impacto na aprendizagem e no comportamento (Azevedo, 2015. pg. 20).

A inclusão efetiva desses estudantes na rotina escolar depende de ações intencionais por parte da equipe pedagógica. Algumas estratégias importantes incluem o uso de instruções claras e diretas, a divisão das tarefas em etapas menores, o reforço positivo, o uso de recursos visuais, a criação de uma rotina estruturada e o acompanhamento individualizado.

Além das adaptações pedagógicas, é essencial que haja uma parceria entre escola, família e profissionais da saúde, como psicólogos, neuropediatras e fonoaudiólogos. Essa articulação garante um acompanhamento mais efetivo e contribui para a construção de um ambiente mais acolhedor e inclusivo. A formação continuada dos educadores também é indispensável para que se sintam preparados para lidar com os desafios apresentados por esses alunos.

A família possui um papel fundamental no desenvolvimento da aprendizagem, pois a escola não é unicamente responsável pela criança, é necessária uma participação conjunta com os pais, inclusive aderindo as orientações a serem executadas pelos pais no trato das atividades diárias e escolares enquanto em sua residência (Rodrigues; Machado, 2023).

Portanto, compreender o TDAH é fundamental para promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Reconhecer as necessidades específicas desses alunos, valorizar suas potencialidades e adaptar o ambiente escolar são passos essenciais para garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e o sucesso escolar de todos.

DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM - DISLEXIA, DISCALCULIA, DISGRAFIA

Os distúrbios de aprendizagem são condições de origem neurobiológica que afetam de maneira específica o processamento e a aquisição de conhecimentos, especialmente no ambiente escolar. Diferentemente de dificuldades ocasionais, esses distúrbios não estão relacionados à falta de estímulos, deficiência intelectual ou fatores emocionais isolados, mas sim a alterações no funcionamento cerebral que interferem em áreas como a leitura, a escrita e o raciocínio matemático. Entre os principais distúrbios de aprendizagem reconhecidos, destacam-se a dislexia, a discalculia e a disgrafia, cada um com características e desafios distintos.

A dificuldade de aprendizagem engloba um número heterogêneo de transtornos, manifestando-se por meio de atrasos e dificuldades em leitura, escrita, cálculo, em crianças com inteligência potencialmente normal ou superior e sem deficiências visuais, auditivas, motoras ou desvantagem culturais (Sisto, 2001. pg.193).

A dislexia é o distúrbio mais comum entre os três e se manifesta principalmente como uma dificuldade persistente na leitura e na linguagem escrita. Crianças com dislexia

podem apresentar trocas de letras e sílabas, lentidão na leitura, baixa compreensão textual e problemas com a ortografia. No ambiente escolar, é comum que esses alunos enfrentem obstáculos em diversas disciplinas, já que a leitura é uma habilidade central no processo de aprendizagem. Com estratégias específicas, como o uso de recursos visuais, apoio individualizado e práticas multissensoriais, é possível desenvolver a leitura de forma significativa e inclusiva.

Segundo Barbosa (2014), dislexia corresponde a:

Um inconstante desempenho, lentidão em desenvolver as tarefas de leitura e escrita, dificuldades em soletração, trocas de escrita de leitura, junções e aglutinações de fonemas, omissões de letras ou fonemas, dificuldade em 28 associar o som ao símbolo, dificuldade com a rima, dificuldade em associações, como por exemplo, de rótulos aos seus produtos (Barbosa, 2014. pg. 14).

Já a discalculia se caracteriza por dificuldades relacionadas ao processamento de informações numéricas e ao raciocínio lógico-matemático. Alunos com esse distúrbio frequentemente têm problemas para compreender conceitos básicos de matemática, realizar operações simples como somar e subtrair, reconhecer símbolos e sinais matemáticos, ou lidar com noções de tempo e espaço.

Segundo Ferreira (2014), a discalculia é:

Um problema de aprendizagem caracterizado pela dificuldade em efetuar cálculos que se manifesta pela dificuldade de compreensão do mecanismo de numeração, memorização do vocabulário matemático, utilização correta de símbolos numéricos e realização das quatro operações, em especial as inversas (Ferreira, 2014. pg. 33).

A disgrafia, por sua vez, é um distúrbio que afeta a escrita do ponto de vista motor. Ela está relacionada à dificuldade de controlar a coordenação fina necessária para escrever com clareza, fluidez e organização. Crianças com disgrafia podem apresentar uma letra ilegível, espaçamento irregular entre palavras, lentidão para completar atividades escritas e desconforto físico durante a escrita. Mesmo quando compreendem bem o conteúdo, podem ter dificuldades para expressar seus pensamentos no papel. Nesses casos, adaptações como o uso de computadores, pranchas de apoio e acompanhamento com terapeutas ocupacionais podem contribuir significativamente para o desenvolvimento acadêmico do aluno.

Souza (2015) nos diz que a disgrafia é:

Um distúrbio da palavra escrita que se caracteriza por uma leve incoordenação motora, apresentando a mesma letra com movimentos diferentes e escrita confusa, sendo assim chamada de letra feia. Isso acontece devido a uma incapacidade de recordar a grafia da letra. Ao tentar recordar este grafismo escreve muito lentamente o que acaba unindo inadequadamente as letras, tornando a letra ilegível (Souza, 2015. pg 13).

Compreender e reconhecer esses distúrbios é fundamental para promover uma educação mais justa e inclusiva. O diagnóstico precoce, o apoio da equipe pedagógica e o envolvimento da família são aspectos determinantes para o sucesso escolar de crianças com distúrbios de aprendizagem. É importante ressaltar que, com o suporte adequado, esses alunos podem desenvolver plenamente suas habilidades, superar desafios e demonstrar grandes potencialidades em diversas áreas do conhecimento.

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEIS QUE GARANTEM O DIREITO À EDUCAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS

O direito à educação é um princípio fundamental garantido a todos os cidadãos, inclusive às pessoas com deficiência, sendo um dos pilares para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática. No Brasil, esse direito é assegurado por uma série de políticas públicas e marcos legais que visam garantir o acesso, a permanência, a participação e o sucesso dos alunos com deficiência em todos os níveis de ensino.

A Constituição Federal de 1988 é a base legal mais importante, ao afirmar em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. No artigo 208, a Constituição especifica que o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino, marcando uma mudança significativa na forma como a educação especial era tradicionalmente concebida.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - Garantia de padrão de qualidade;

VIII - Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal;

IX - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (Brasil, 1988).

Outro marco importante é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996), que estabelece a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis de ensino, devendo ser oferecida, de preferência, na rede regular. A LDB reforça que o sistema de ensino deve assegurar currículos, métodos, recursos didáticos e organização específicos para atender às necessidades desses alunos.

Em seu Artigo 4º é determinado que é dever do estado proporciona “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, lançada em 2008, representa um avanço importante ao propor uma escola que acolha a diversidade, com foco na transformação do sistema educacional para atender a todos, sem discriminação. Essa política orienta os sistemas de ensino a se organizarem para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência.

Outro destaque é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146/2015). Essa lei consolida os direitos das pessoas com deficiência em diversas áreas, incluindo a educação, e reafirma o direito à matrícula em escolas regulares, vedando qualquer forma de exclusão ou discriminação. A LBI determina, ainda, que é obrigação do poder público e das instituições privadas

garantir a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica e atitudinal no ambiente escolar.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; [...] VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - Participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar; [...] X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado; XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio; XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar; XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino; XVII - oferta de profissionais de apoio escolar; XVIII - articulação intersetorial na implementação de políticas públicas (Brasil, 2015).

Essas legislações e políticas públicas evidenciam o compromisso do Estado brasileiro com a educação inclusiva, que não se limita ao ingresso dos alunos com deficiência nas escolas, mas que busca efetivar sua permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral. Para isso, é fundamental que haja formação continuada de professores, adaptação de materiais e currículos, acessibilidade física e comunicacional, além de uma cultura escolar que valorize a diversidade como um aspecto positivo e enriquecedor.

METODOLOGIA

TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa possui uma abordagem metodológica mista, combinando elementos quantitativos e qualitativos para analisar as percepções e práticas pedagógicas dos professores na inclusão de alunos com deficiências neurológicas na Escola Municipal Francisco de Oliveira Melo. A abordagem quantitativa será utilizada para levantar dados, por meio de questionários estruturados aplicados aos docentes, permitindo identificar padrões, frequências e relações entre variáveis. Já a abordagem qualitativa será empregada para aprofundar a compreensão das experiências, desafios e estratégias relatadas pelos professores.

CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

O campo de investigação deste estudo é a Escola Municipal Francisco de Oliveira Melo, localizada na rede pública de ensino da cidade de Alto do Rodrigues/RN, que atende alunos do Ensino Fundamental II, incluindo estudantes com deficiências neurológicas.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

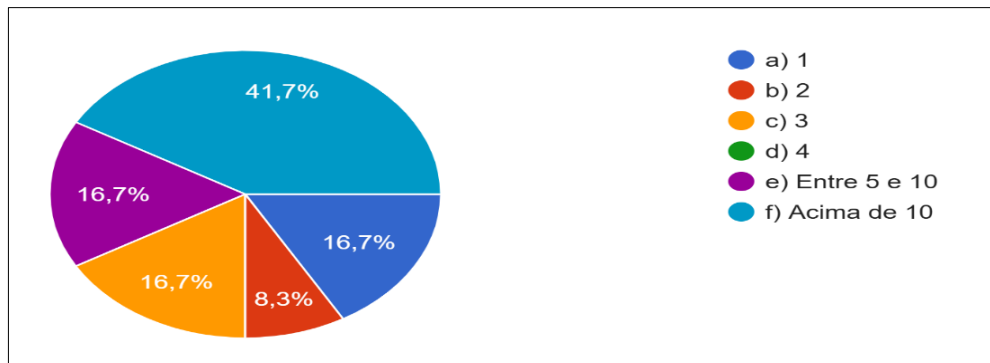
A presente pesquisa utilizou dois instrumentos principais para a coleta de dados: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo por meio de questionário digital. A pesquisa bibliográfica foi realizada com base em livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais relacionados à educação inclusiva, às práticas pedagógicas e às deficiências neurológicas, com o objetivo de embasar teoricamente o estudo. Já a pesquisa de campo foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado, disponibilizado na plataforma Google Forms, direcionado aos professores da Escola Municipal Francisco de Oliveira Melo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a apresentação dos dados coletados, é importante destacar que a pesquisa foi realizada com os docentes da Escola Municipal Francisco de Oliveira Melo, que conta com um total de 15 professores. Desses, 12 (80%) participaram ativamente da pesquisa, respondendo aos questionários e contribuindo com suas percepções sobre a inclusão de alunos com deficiências neurológicas. Além disso, a escola atende atualmente a 22 alunos com diferentes tipos de deficiências neurológicas, o que configura um contexto relevante para a análise das práticas pedagógicas e desafios enfrentados pelos educadores no processo de inclusão.

Inicialmente, foi questionado aos professores quantos alunos com necessidades neurológicas, devidamente diagnosticados por laudo, eles acompanham em suas salas de aula. Essa pergunta teve como objetivo compreender o número de estudantes com deficiências neurológicas atendidos por cada docente, fornecendo uma visão sobre a realidade do acompanhamento desses alunos na escola.

Gráfico 01 – Número de alunos atendidos por professor.



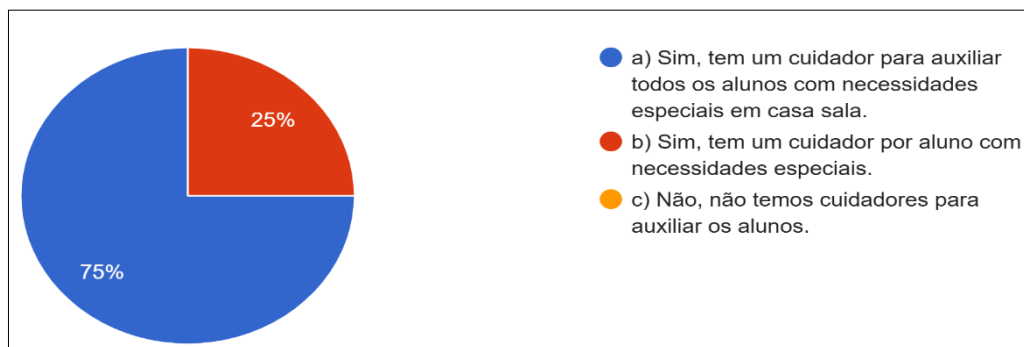
Fonte: Autoria própria.

Como pode ser observado, dos 12 professores entrevistados, 5 (41,7%) responderam que lecionam para mais de 10 alunos com necessidades neurológicas. Outros 2 (16,7%) professores relataram acompanhar 3 alunos com necessidades neurológicas, 2 (16,7%) indicaram ter entre 5 e 10 alunos, 2 (16,7%) informaram que têm 1 aluno com necessidade especial, e 1 (8,3%) professor afirmou ter 2 alunos com

necessidades neurológicas. Esses dados refletem a diversidade de casos e a quantidade de alunos com deficiências neurológicas atendidos pelos docentes na escola.

Na sequência, foi questionado aos professores se os alunos com necessidades neurológicas recebiam apoio de um cuidador. A questão visou entender se esses estudantes recebem suporte adicional no ambiente escolar, o que pode influenciar diretamente nas práticas pedagógicas e na inclusão escolar.

Gráfico 02 – Tem apoio de cuidador.

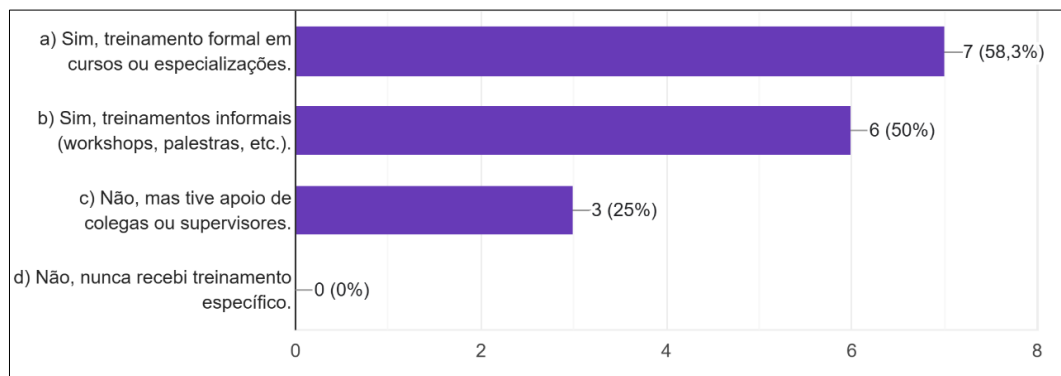


Fonte: Autoria própria.

De acordo com o gráfico 02, temos que 75% (9 professores) dos professores afirmaram que tem um cuidador por sala para auxiliar os alunos com necessidades especiais e 25% (3 professores) afirma que tem um cuidador por aluno nas salas que lecionam.

Dando continuidade, foi perguntado se o professor recebeu formação para lidar com essas necessidades e se houve algum treinamento específico, onde foi constatado:

Gráfico 03 – Formação e treinamento para os professores.

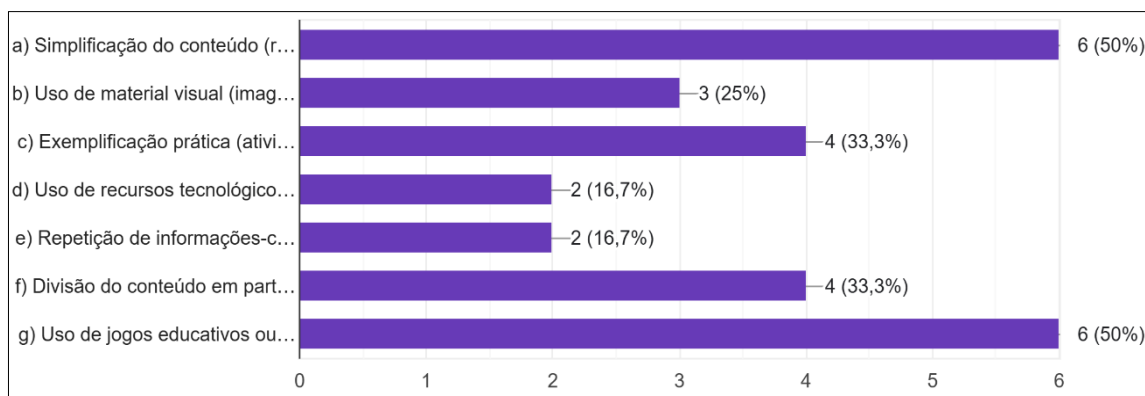


Fonte: Autoria própria.

Como podemos ver, dos 12 professores entrevistados, 7 (58,3%) afirmaram ter recebido treinamento formal, 6 (50%) alegaram participar de treinamentos informais, e 3 (25%) afirmaram não ter recebido nenhum tipo de treinamento, contando, portanto, com o apoio de colegas ou supervisores no processo de inclusão. Esses dados destacam a diversidade de formação dos professores e a importância de um suporte contínuo para promover uma inclusão efetiva na escola.

Em seguida foi perguntado quais estratégias o professor utiliza para adaptar o conteúdo e o método de ensino para alunos com necessidades neurológicas, onde eles responderam:

Gráfico 04 – Estratégias metodológicas.



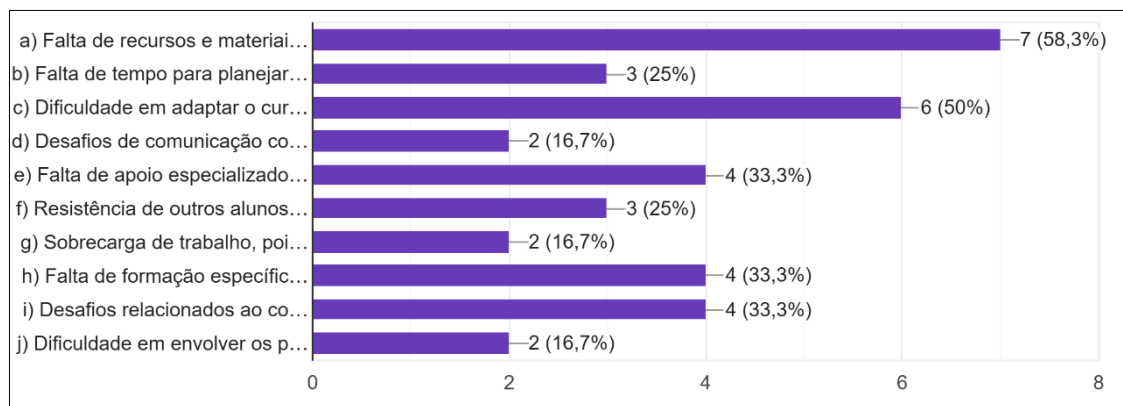
Fonte: Autoria própria.

De acordo com os dados obtidos, apresentados no gráfico 04, 6 professores acreditam que a simplificação do conteúdo (redução de informações complexas) e o uso de jogos educativos ou atividades lúdicas são estratégias metodológicas importantes. Já 4 professores consideram a exemplificação prática (atividades concretas, simulações, experimentos) e a divisão do conteúdo em partes menores (fragmentação de tarefas) como aliados eficazes no processo de ensino. Além disso, 3 professores utilizam o material visual (imagens, vídeos, diagramas) como estratégia de ensino, enquanto 2 recorrem ao uso de recursos tecnológicos (softwares educativos, aplicativos, plataformas online) e à repetição de informações-chave para facilitar a compreensão dos alunos. Esses dados evidenciam a diversidade de estratégias adotadas

pelos professores para promover a aprendizagem e a inclusão de alunos com deficiências neurológicas.

Na sequência foi perguntado quais são os principais desafios que o professor enfrenta ao ensinar alunos com necessidades neurológicas, onde os mesmos responderam:

Gráfico 05 – Desafios da inclusão.

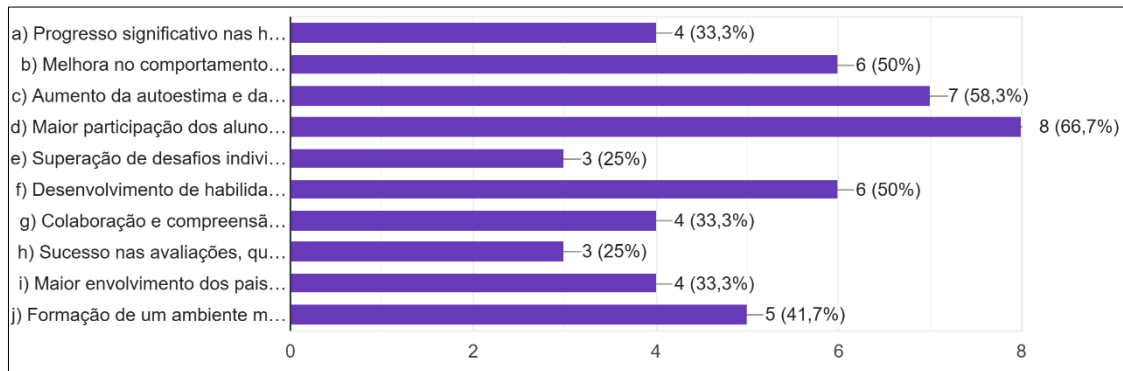


Fonte: Autoria própria.

Como pode ser observado, entre os desafios mais mencionados pelos professores, destacam-se a falta de recursos e materiais adequados, como tecnologias assistivas e materiais adaptados, além da dificuldade em adaptar o currículo para atender às necessidades de todos os alunos.

Em seguida foi perguntado quais são os resultados mais gratificantes que o professor já testemunhou ao trabalhar com esse público, onde os mesmos mencionaram:

Gráfico 06 – Resultados dos alunos.

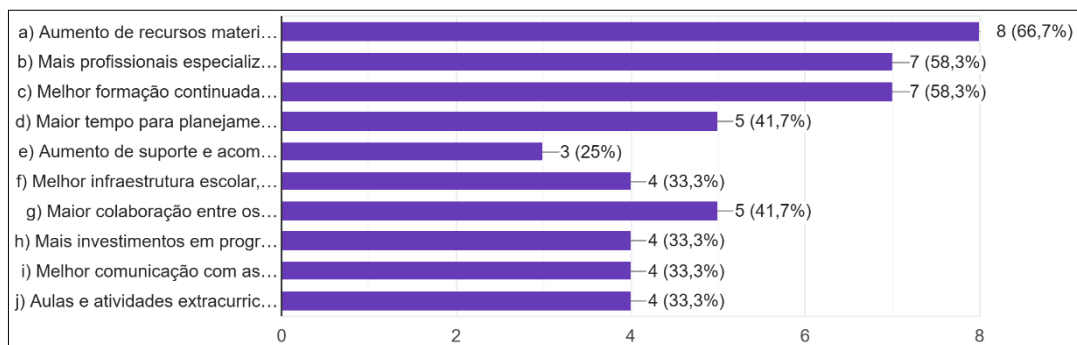


Fonte: Autoria própria.

De acordo com o gráfico 06, temos que dentre os resultados mais gratificantes na sala de aula com alunos com necessidades neurológicas foi maior participação dos alunos nas atividades da sala de aula, seguido de melhora no comportamento e na regulação emocional dos alunos aumento da autoestima e da confiança dos alunos.

Por fim, foi perguntado o que ainda precisa ser melhorado nas escolas para apoiar esses alunos, onde os educadores responderam:

Gráfico 07 – Melhora nas escolas.



Fonte: Autoria própria.

De acordo com o gráfico 07, o item mais citado pelos professores foi o aumento de recursos materiais nas escolas, seguido pela necessidade de mais profissionais especializados e de melhores formações continuadas. Esses resultados indicam que, para promover uma inclusão efetiva, é essencial que a escola invista em recursos

adequados, amplie a equipe de profissionais capacitados e ofereça programas de capacitação contínua para os educadores.

Em síntese, os resultados obtidos evidenciam a realidade vivenciada pelos professores na inclusão de alunos com deficiências neurológicas, destacando tanto as estratégias adotadas quanto os desafios enfrentados. As práticas pedagógicas, como o uso de jogos educativos, a simplificação do conteúdo e a adaptação do currículo, demonstram o esforço dos docentes em atender às necessidades dos estudantes. No entanto, desafios significativos, como a falta de recursos adequados e a dificuldade de adaptar o currículo, ainda persistem, apontando para a necessidade de melhorias no suporte oferecido às escolas. A demanda por mais recursos materiais, profissionais especializados e formações continuadas reflete o desejo dos professores por um ambiente mais preparado e inclusivo, onde todos os alunos possam desenvolver seu potencial plenamente. Esses dados ressaltam a importância de políticas públicas eficazes e investimentos contínuos para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou as percepções e práticas pedagógicas dos professores na inclusão de alunos com deficiências neurológicas na Escola Municipal Francisco de Oliveira Melo. Os resultados revelaram que, apesar do empenho dos docentes em adaptar suas práticas para atender às necessidades desses alunos, ainda existem desafios significativos, como a falta de recursos adequados, a escassez de profissionais especializados e a dificuldade em adaptar o currículo para atender à diversidade em sala de aula.

No entanto, os professores utilizam diversas estratégias pedagógicas, como a simplificação do conteúdo, o uso de jogos educativos, a exemplificação prática e o apoio de materiais visuais, com o objetivo de facilitar a aprendizagem dos alunos com deficiências neurológicas.

Sendo assim, para melhorar a inclusão escolar, é essencial um maior investimento na formação continuada dos professores, ampliação de recursos materiais e contratação de profissionais especializados. A implementação de políticas públicas mais eficazes

também se faz necessária para garantir que a infraestrutura e o suporte adequados sejam fornecidos, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO. **Ajustes, adaptações e intervenções básicas para alunos com TDAH. 2016a.** Disponível em: https://ww3.icb.usp.br/wp-content/uploads/2024/05/TDAH_ABDA-1.pdf. Acesso em 07 de abril de 2025.

AZEVEDO, R. M. D. **O TDAH na perspectiva da inclusão.** Brasília – DF. 2015. Disponível em: https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/50640.pdf. Acesso em 07 de abril de 2025.

BARBOSA, Cláudia Freitas Franco. **Dislexia: Dificuldades de aprendizagem na escola.** 2014. 30 p. Monografia de especialização-Educação: Métodos e técnicas de ensino, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/db55168b-22e7-4f9e-9030-75c679848e20/content>. Acesso em 07 de abril de 2025.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil de 1988.** Brasília – DF. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 07 de abril de 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Brasília – DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 07 de abril de 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília – DF. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 05 de abril de 2025.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília – DF. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2025.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em 07 de abril de 2025.

CUNHA, A. B. B. F. **Desenvolvimento de aplicativo mobile para reforço e acompanhamento de rotina para crianças com transtorno do espectro autista.** Feira de Santana – BA. 2021. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/feira-de-santana/ensino/curso/graduacoes/bsi/publicacoes/tcc-tese-de-conclusao-de-curso/tcc_amanda_cunha-2021.pdf. Acesso em 07 de abril de 2025.

DECLARAÇÃO de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

CUNHA, D.F.J.; BEZERRA, E.S.; OLIVEIRA, M.F.F.; CUNHA, T.A. Percepções e práticas pedagógicas de professores na inclusão de alunos com deficiências neurológicas: um estudo de caso na escola municipal Francisco de Oliveira Melo. **Revista Nexus Interdisciplinar**, Natal/RN, v. 1, n. 2, p. 480-502, abr./jun., 2026.

FERREIRA, Maria Domingos Alves. **Problemas de Aprendizagem: conceitos, sintomas e tratamentos**. 2014. 46 p. Monografia de Especialização (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira/PB, 2014. Disponível em: <https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4764/1/PDF%20-%20%20Maria%20Domingos%20Alves%20Ferreira.pdf>. Acesso em 07 de abril de 2025.

GUIMARÃES, T. C. A. **Educação inclusiva e os desafios da escola**. Goiânia – GO. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5047/1/NC%20Monografia%20Thaliane%20Cristina%20Alves%20Guimara%CC%83e.s.pdf>. Acesso em 05 de abril de 2025.

MOREIRA, B. A. C. **Inclusão de crianças com transtorno do espectro autista (tea) na escola regular**. GOIÂNIA – MG. 2023. Disponível em: https://www.google.com/search?q=GOIANIA&oq=GOIANIA+&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIKCAEQlhixAxiABDIHCAIQABiABDIHCAMQABiABDIHCAQQABiABDIHCAUQABiABDIHCAYQABiABDIHCACQABiABDIHCAGQABiABDIHCAkQABiPATlBCDIxODBqMGo3qAIAsAIA&sourceid=chrome&ie=UTF-8. Acesso em 07 de abril de 2025.

OLIVEIRA, F. R.; ARAÚJO, M. D. B. **O papel do professor na educação inclusiva**. 2019. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID9047_28092019222226.pdf. Acesso em 07 de abril de 2025.

RODRIGUES, D. **Revista da Educação Especial**. Ed. Secretaria de Educação Especial. Brasília, v. 4, n. 2, p. 1-58, jul./out. 2008.

RODRIGUES, L. V. S.; MACHADO, T. M. F. **A importância da família no processo de aprendizagem da criança com TDAH**. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-importancia-da-familia-no-processo-de-aprendizagem-da-crianca-com-tdah/>. Acesso em 07 de abril de 2025.

SISTO, F.F.(2001). **Avaliação de aprendizagem: uma questão em aberto**. In: SISTO, F.F.; DOBRANSKY, E. A.; MONTEIRO, A (Org.). Cotidiano escolar: questões de leitura, matemática e aprendizagem. Bragança Paulista: Vozes.

SOUZA, Aniuza Magalhães P. de. **Disgrafia: causas e estratégias de correção no ensino/aprendizagem**. 2015. 25 p. Monografia (Letras) – Universidade de Brasília/UNB, Buritis-MG, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/17172/1/2015_AniuzaMagalhaes_tcc.pdf. Acesso em 07 de abril de 2025.

ZOLIN, A. C. R. **A educação inclusiva no ensino regular**. Medianeira – PR. 2012. Disponível em: https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/20764/3/MD_EDUMTE_VII_2012_01.pdf. Acesso em 06 de abril de 2025.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: maio de 2026.